



VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est

Culturas políticas e conflitos sociais



ERA VARGAS: A CULTURA POPULAR E A LEGITIMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

Gabriela Loureiro Barcelos¹

Resumo: Durante o século XIX, se fortalecem processos de constituições dos Estados Modernos, para isso era necessário trazer à tona elementos formadores, para além de suas fronteiras espaciais, construindo uma narrativa de passado comum e homogêneo, a fim de produzir o ideal nacional. Essa comunicação almeja trazer em discussão o resgate de elementos formadores da nação durante a Era Vargas.

Palavras chaves: Nação; Nacionalismo, Intelectuais, Identidade, Cultura, Era Vargas, Getúlio Vargas.

Résumé: Au cours de le XIX siècle, les processus constitutants des États Modernes se sont renforcés, pour cela, c'était nécessaire apporter à la surface des éléments formatifs,

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal do Espírito Santo e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Licenciada em História pela mesma instituição. O título da pesquisa que desenvolve é “As Elites Políticas Capixabas durante o Estado Novo (1937 – 1945)”. Faz parte do Laboratório de História das Interações Políticas Institucionais, sob orientação do Prof. Dr. Ueber José de Oliveira. E-mail de contato: gloureirobarcelos@gmail.com.

au-delà de leurs frontières spatiales, construire un récit de passé commun et homogène, afin de produire l'idéal niveau national. Cette communication vise à mettre en discussion le sauvetage des éléments qui forment le nation pendant la *Era Vargas*.

Mots-Clés: Nation; Nationalisme, Intellectuels, Identité, Culture, Era Vargas, Getúlio Vargas.

Introdução

A Era Vargas é costumeiramente associada ao autoritarismo e repressão, bem como as mudanças na estrutura organizacional e jurídica do Brasil. Mas além dessas mudanças, esse período representa o nascimento de um movimento intelectual que busca resgatar os elementos próprios, a fim de introduzir uma nova interpretação da identidade nacional.

Para efetivar esse resgate de uma memória comum, os intelectuais brasileiros se debruçaram na cultura popular, a fim de reinterpretá-la. O governo, então, passa a perceber nesse movimento, uma forma de propagar a seu ideal de civilidade, futuro e ordem.

A proposta desse artigo é trazer em discussão alguns destes elementos. Sabemos que não é possível abordar todos os pormenores do período, e também da produção historiográfica do mesmo. Portanto, discutiremos, inicialmente, o que se entende por nação, para assim explanarmos acerca da reconstrução da identidade nacional, bem como o papel dos intelectuais e o resgate de elementos populares, que constituíram parte da política do momento.

Considerações sobre a Nação

Durante o século XIX, se fortalecem processos de constituições dos Estados Modernos, para isso era necessário trazer à tona elementos formadores, para além de

suas fronteiras espaciais, construindo uma narrativa de passado comum e homogêneo, a fim de produzir o ideal nacional.

Eric Hobsbawm (2012) apresenta esses elementos através da *invenção das tradições*, enquanto Benedict Anderson (2008) os percebe a partir de *comunidades imaginadas*, ambos autores constroem observações diversificadas, profundas e ricas, que compartilham da premissa de que a nação se fundamenta a partir do mito de um passado comum, a fim de possibilitar o reconhecimento dos indivíduos que estão em seu limite, dentro de suas fronteiras.

A nação, ou o nacionalismo, são conceitos de difícil definição, pois apesar de serem fenômenos modernos, eles não possuem uma linearidade, ou um projeto comum totalizante, ou seja, não encontraremos uma natureza social e política uma dentro de suas formações. Ambos são frutos de uma construção e de uma aceitação. Contudo, afirmar que os conceitos não compartilham de uma definição completa, absoluta, não significa que não é possível estudá-los, como afirma Benedict Anderson (2008) ao dizer que,

[...] os fatos são claros, a explicação deles continua sendo objeto de uma longa discussão. Nação, nacionalidade, nacionalismo – todos provaram ser de difícil definição, que dirá de análise. Em contraste com a enorme influência do nacionalismo sobre o mundo moderno, é notável a escassez de teorias plausíveis sobre ele. Hugh Seton, autor do que é longe o melhor e o mais abrangente texto em língua inglesa sobre o nacionalismo, [...] observa com pesar: “Assim eu sou levado a concluir que não é possível elaborar nenhuma ‘definição científica’ de nação, mas o fenômeno existiu e continua a existir”[...] (ANDERSON, 2008, p. 29, grifo nosso).

Em concordância com essa afirmativa, também aqui evocamos Ernest Renan que, em 1882, escreve uma conferência intitulada de “*O que é uma nação?*” Que ainda suscita muitos debates acerca da ideia de nação e o que entendemos por ela, e contribui como

uma das concepções mais aceitáveis acerca do entendimento e questionamentos que levantamos ao falar de nação. Lembremos que o século XIX, disputas territoriais entre Estados europeus eram constantes, o problema da Alsácia-Lorena suscitou vários debates da ideia de nação. Renan, é sucinto ao afirmar que as teorias que envolvem a questão da “raça” são rasas, portanto, o ideal de nação não deve ser sustentado por ela. Assim,

Uma nação é, portanto, uma grande solidariedade, constituída pelo sentimento dos sacrifícios que se fizeram e ainda se fariam. Ela supõe um passado, mas se resume no presente a um fato tangível: o consenso, o desejo claramente expresso de continuar a vida comum. A existência de uma nação é (perdoem-me a metáfora) um plebiscito de todos os dias, como a existência do indivíduo é uma afirmação contínua da vida. (RENAN, 1997, p. 173-4).

Com essa definição é preciso compreender, como sugere Skinner (2002), a partir do intertexto e do contexto. Aqui já sabemos qual atmosfera se situava Renan, mas também precisamos nos debruçar para o não-dito. Ao lançar mão de uma definição permeada de romantismo, ou poesia, Renan não sabe exatamente o que é uma nação. Como também, entende que os elementos formadores de uma nação são variáveis, mas apesar disso, a nação é um fato.

Ao trazer a ideia de uma solidariedade entre os indivíduos, também podemos considerá-la como uma extensão ao entendimento de limites de um Estado, onde se começa o sentimento ou o sentido de ser pertencente a um lugar, para além de uma questão que se resume a territorialidade ou a língua falada. De maneira mais elucidativa, podemos exemplificar com o seguinte questionamento “o que me torna brasileiro, e não paraguaio? A questão levantada por Renan, dialoga com o resgate da cultura popular, a fim de amparar e legitimar o ideal de nação proposto por Vargas, que objetivamos discutir, mesmo que *an passant*, neste artigo.

O Resgate do Ideal Nacional

Para entendermos todo este movimento, é preciso ter em mente que o século XX representa um período de concretização dos significados políticos, dos espaços físicos e sociais, e o Brasil não esteve isolado desse movimento. Essas questões políticas não envolviam somente os Estados nacionais, mas também os indivíduos imigrados ou não, que as compunham.

Assim, com uma Europa minada pela Grande Guerra, também é minado o ideal internacionalista, o que gerou margem para a expansão do nacionalismo. O Brasil, que até então via a Europa como o grande modelo civilizatório, adota para si a fonte do futuro. Para isso, é necessário a viabilização de um projeto que fomente e fortaleça o ideal nacional, visto que, a própria legitimação da nação é uma tarefa indispensável, para estabelecer as condições que possibilitem o arquétipo desejado de desenvolvimento socioeconômico do país.

Dentro disso, não podemos pensar a ação da cultura popular de uma maneira isolada, como se o resgate de alguns elementos se desse a partir de sua própria força, envolvendo apenas os elementos geradores e continuadores dos ritos e tradições. Para além disso, há elementos externos a esse movimento que o percebe, e compreende sua potencialidade dentro do resgate nacional. Estes elementos serão compreendidos aqui através da figura do intelectual.

No que tange a construção do ideal nacional, os intelectuais sempre tiveram um papel de destaque. Para Foucault e Deleuze (1997) os intelectuais estabeleceram uma relação complexa com o poder, os mesmos se autoproclamam como agentes da “consciência”, no Brasil, os intelectuais aderem o discurso de guia, em detrimento das massas, aqui entendida como apolíticas ou pouco interessadas.

Dentro disso, podemos inferir que apesar do sentimento nacionalista ser gerado por uma elite, seja ela política ou intelectual, a aceitação desse sentimento não é através de absorção e aceitação passiva por parte dos indivíduos, estes também são agentes desse

nacionalismo. Autores como Benedict Anderson (2008) e Montserrat Guibernau (1997) observam que essa característica do nacionalismo viabiliza a capacidade de criar uma imagem homogênea, a fim reunir pessoas de diferentes contextos e níveis sociais. Essas considerações possibilitam, compreender o fenômeno nacionalista a partir de sua mutabilidade, ou seja, o discurso nacionalista não é mecânico, mas dinâmico e flexível.

Para entendermos como se deu o trato entre o projeto estabelecido por Vargas e os intelectuais é importante fazer uma referência ao movimento modernista. Desde os anos 1920, os intelectuais brasileiros² levantavam a questão da identidade nacional, propondo uma “antropofagia cultural” de nós para com nós mesmos. Em outras palavras, a intelectualidade brasileira deveria valorizar as particularidades dos nossos povos, de nossas terras, de nossa música, de nossa culinária, dentre outros, com a finalidade de compreender, reafirmar e enfatizar os elementos formadores da nação. Os intelectuais se percebiam como um aporte fundamental para a sociedade, afinal, eles se compreendiam como os sujeitos capazes de tornar tangível o inconsciente da coletividade, sendo esta última entendida por eles como imatura para absorver a proposta, era necessário, portanto, o apoio do Estado, como destaca Mônica Velloso (1987).

Mecanismos de Brasilidade

Devido a essa necessidade de um resgate ao que é brasileiro, fomentada pela *intelligentsia*, somada ao fortalecimento de regimes autoritários no mundo ocidental, aqui encarnado na figura de Getúlio Vargas, que almejamos identificar algumas transformações na narrativa dos costumes e da cultura brasileira. Nessa relação, também destacamos o ideal corporativista do Estado, que surge a partir de 1930, mas se

² Aqui entendidos a partir do ideal gramsciano, no qual o intelectual estabelece relações com práxis e a vida pública, entendido como um construtor, organizador, um “persuasor permanente”.

intensifica durante o Estado Novo. O corporativismo rejeitava o liberalismo, entendendo que todas as esferas de organização estatal deveriam ser solidárias e integradas, sob a tutela de um Estado autoritário, fortalecido. As características do Estado deveriam se estender ao seu governante, o mesmo deveria ser forte, tutor, o guia na direção do futuro, mas também deveria apresentar as características do povo brasileiro.

Com o fortalecimento do Estado, a sociedade adquiriria o aspecto de ordem, disciplina, afastando as influências do que era estrangeiro, afinal, os exemplos de civilidade deveriam provir da própria nação, e não de outras. Mesmo que o ideal autoritário tenha surgido nos países europeus, aqui ele foi reinterpretado de acordo com a necessidade da nação. Dito isso, o autoritarismo brasileiro, representava o melhor direcionamento político, pois além de sua característica tutelar, seu objetivo organizacional, objetivava harmonizar os conflitos, e homogeneizar as regiões, de forma a criar elementos de identidade, de *brasilidade*, entre elas.

A forma de encarar o Brasil pelos intelectuais, foi semelhante ao plano varguista, devido a isso durante o Estado Novo, ambos uniram forças para fomentar a ideia de uma união nacional, bem como a comunhão de um passado comum. Isso é evidente com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, sob tutela do Ministério de Educação e Saúde, cujo ministro Gustavo Capanema, associado a nomes conhecidos dentro da historiografia e literatura brasileira, forneciam os mecanismos para a efetivação desse projeto³. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), sob o comando de Lourival Fontes, estava incumbido do controle das comunicações, e dar margem para uma orientação efetiva da cultura popular.

³ Como articuladores das ideias modernistas dentro do Estado Novo, encontramos nomes como Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Oscar Niemeyer, Portinari, Gilberto Freyre.

Assim, é perceptível, segundo Velloso (1987) que entre estas entidades ocorria uma divisão do trabalho, ficando a cargo do Ministério da Educação e Saúde, o objetivo de formar uma cultura erudita, enquanto que ao DIP, era destinado o trato com a cultura popular, com isso o regime autoritário buscou tornar tangível até as camadas mais populares, a sua doutrina, tornando-a parte do cotidiano popular. Essa difusão foi ainda mais efetiva com o rádio, principalmente, com a obrigatoriedade de transmissão do programa “Voz do Brasil”, que além de anunciar as realizações do governo, era o veículo de comunicação direto entre Vargas e o povo. Isso foi revolucionário, pois significava que a informação, bem como a política, não se destinava somente aos indivíduos alfabetizados, aqueles que tinham algum contato com o rádio, receberiam as mesmas informações, tornando-os parte do corpo político.

De Volta ao Samba porque Vargas é de Bamba

Propor uma discussão acerca da cultura popular durante a Era Vargas, abre margem para inúmeras questões pontuais como a questão das manifestações folclóricas, o comportamento e o cotidiano. Contudo, discutir sobre todas elas requer um estudo aprofundado sobre essas questões, bem como suas especificidades, observando-as como parte constituidora de uma análise macro. Devido a isso, optamos por escolher o samba, um elemento que marca a cultura popular, a fim de discutir o seu uso dentro do governo varguista.

Para entender como se deu o trato com o samba entre a intelectualidade brasileira, utilizamos aqui a *Cultura Política- Revista Mensal de Estudos Brasileiros*, que circulou entre os anos de 1941-1949, criada com o apoio do DIP, a fim de propagar as discussões do ideal estadonovista fomentada por intelectuais de peso, que inclui nomes como Graciliano Ramos, que circulava por todo o Brasil, sendo vendidas nas bancas de jornais.

Já discutimos aqui, a importância do rádio para a difusão de ideias, pois era o veículo mais eficiente para uma educação rápida. Assim, o samba, um gênero musical que até então havia sido negligenciado pelas elites intelectuais, destinado as camadas populares, aqui entendidas como analfabetas e rudes, passa a receber atenção dessa intelectualidade.

Inicialmente, o plano era diminuir, e até mesmo “apagar” a circulação desse gênero musical das rádios, pois “ritmos como o samba, frevo e maxixe eram considerados selvagens, suas origens os tornavam pouco recomendáveis” (VELLOSO, 1987, p. 31), visto que representavam o oposto ao ideal de civilidade e ordem. No entanto, a sua permanência e sua influência entre as camadas populares é evidente, quando o intelectual Martins Castelo afirma que,

Estamos lembrando esses fatos, ao ouvir, através do receptor do vizinho, uma sambista lamentar a vida apertadíssima de certa mulata do morro. Mesmo por que, no apartamento de cima, a garotada, gritando desesperadamente, acompanha o estribilho. As melodias populares põem na boca de toda gente, inclusive de crianças, as pequenas tragédias domésticas, que parece fugidas dos sonhos de GeoMc Mnus. A preocupação da malandragem e o sonho do amor sem despesas conciliam-se no conformismo das Amélias (CASTELO, 1942, p. 185).

Para o autor, “o ritmo de oito compassos reflete as mesmas aspirações mínimas, na sua alarmante vulgaridade” (CASTELO, 1942, p. 185), ou seja, o samba é um gênero pobre, que só recebe atenção das camadas populares, pois elas compartilham dos mesmos desejos expressos nas canções, visto que, os compositores “têm-se entregue, na verdade, com excesso, ao elogio da vadiagem, à exaltação do vagabundo de camisa listrada” (CASTELO, 1942, p.185).

Como no projeto estadonovista, a música é uma ferramenta fundamental, e o samba se mostrou forte dentro da sociedade, o tratamento do governo para com ele passa a ser outro. O que outrora deveria ser combatido, agora deveria ser remodelado.

A linguagem dos sambistas, permeadas de gírias populares e sátiras, não poderia mais fazer parte das grandes composições, afinal a língua é um patrimônio da nação, é através dela que a unidade nacional se estabelece, e permitir que o uso de um linguajar subversivo iria de encontro ao plano nacional. Com isso, o samba selvagem, deveria agora ser civilizado, pois,

[...] o samba, que traz na sua etimologia a marca do sensualismo é feio, indecente, desarmônico e arritmico, mas paciência: não repudiamos esse nosso irmão pelos defeitos que contém. Sejam benévolos, lancemos mão da inteligência e da civilização. Tentemos devagarinho torna-lo mais educado e social [...] (CASTELO, 1941, P.14).

A forma encontrada para torná-lo mais educado e social, foi a associação do samba ao trabalho, o sambista agora deveria ser interpretado como um sujeito, que após uma semana cansativa, extravasa e têm lazer nas rodas de samba. O sambista outrora, marginalizado, a mercê de “bicos de trabalho”, herdeiro de uma política escravocrata, agora, pertencia ao passado. Como Velloso (1987) afirma, com a força desse novo estado e o surgimento das leis trabalhistas, esse sujeito perdeu a sua razão de ser, o regime busca estabelecer uma nova visão do sambista, ele passa a ser encarado como um trabalhador dedicada, que faz o samba nas horas vagas, pois como diz a música *O Bonde São Januário* (1937), de Wilson Batista e Atulfo Alves

Quem trabalha
 É quem tem razão
 Eu digo
 E não tenho medo
 De errar

Quem trabalha...

O Bon de São Januário

Leva mais um operário

Sou eu

Que vou trabalhar

O Bonde São Januário

Antigamente

Eu não tinha juízo

Mas hoje eu penso melhor

No futuro

Graças a Deus

Sou feliz

Vivo muito bem

A boemia

Não dá camisa

A ninguém

Passe bem!

Por conseguinte, as figuras do samba, do malandro e do sambista sofreram o impacto do governo, com os esforços de utilizar dos elementos populares como instrumento da ideologia oficial. Nesse momento também acontece a oficialização do carnaval, sendo este organizado e patrocinado pelo governo, a fim de fomentar o turismo e a criação do imaginário brasileiro no exterior.

Esse imaginário foi difundido, mais efetivamente, após a parceria com o Walt Disney, que lança o Brasil colorido, festivo, cordial, e hospitaleiro através dos filmes *Alô, amigos* (1942) e *Você já foi à Bahia?* (1944), apresentando o personagem Zé Carioca. Sobre esse momento, Vinicius de Moraes afirma que “a Disney apanhou

realmente o jeito carioca de ser: o malandro, naturalmente, que é que temos de mais característico [...] muito essa coisa única no mundo que é o Rio, com sua pinta particular, seu humor especial [...]" (MORAES, 1942, P. 05).

Ademais, entendemos que apesar da tentativa de combatê-lo, Vargas, é um sujeito de *bamba*, capaz de perceber no samba parte dos elementos necessários para o resgate da brasilidade, instituindo-o como mecanismo de sua propaganda ideológica. Realizando, assim, um equilíbrio entre os jogos de interesses, fazendo jus a essa clássica expressão do samba.

Considerações Finais

Ao longo desse artigo, percebemos que, apesar dos saberes populares serem passados pelas gerações, a permanência deles ao longo tempo se dá por uma relação de resistência e adaptação. O que entendemos por cultura popular, é para além de uma afirmação social dos saberes de grupos menos favorecidos, mas também um projeto, seja de governo ou de grupos específicos que possuem algum tipo de poder aquisitivo ou simbólico, que se altera de acordo com o tempo e espaço.

A figura dos intelectuais sempre se fez presente na máquina estatal, sendo estes os responsáveis pela construção do ideal de nação. No Estado Novo os intelectuais adquirem um espaço significativo para buscar e fomentar aquilo que consideravam genuíno do Brasil, já reivindicados nos anos de 1920. A Era Vargas, como um todo, apresenta uma *intelligentsia* brasileira defensora da nação, que utilizou do apoio estatal para colocar em ação os seus ideais.

Comprometidos com a reinvenção da identidade nacional, através do resgate de brasilidade, esse grupo procurou estabelecer uma coesão, apesar de não compartilharem das mesmas correntes artísticas. Essa coesão foi fundamental para estabelecer um diálogo entre intelectualidade e governo, de forma que o fosse produzido atingisse as camadas populares.

Quando observamos as manifestações de Carnaval e samba, que aqui discutimos, compreendemos que apesar de serem tão naturalizadas no nosso imaginário, tem a sua permanência e grandiosidade nos dias atuais, relacionados a plano de governo. O Carnaval, ainda hoje, mobiliza milhares de pessoas, e fomenta o turismo no Rio de Janeiro, enquanto o samba, nascido na parcela negligenciada da sociedade, atingiu o patamar de símbolo nacional. Os elementos que Vargas utilizou para fomentar a imagem do Brasil no exterior, ainda permanecem vivos. Assim, partindo dessas considerações, é possível afirmar que a relação entre governo e intelectuais teve êxito.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BATISTA, Wilson; ALVES, Atulfo. “O Bonde São Januário” (1937). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f3f7s1aoPdY>. Acesso em: 08 de setembro de 2017.

BOMENY, Helena. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. In: **Constelação Capanema: intelectuais e política**/ Helena Bomeny (org.). Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista (SP): Ed. Universidade de São Francisco, 2001.

CASTELO, Martins. O samba e o conceito de trabalho. **Cultura Política**, Rio de Janeiro, n 22. Dezembro de 1942. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

FOUCAULT, M. DELEUZE, G. Os intelectuais e o poder. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

- _____. “Cultura Política e Cultura histórica no Estado Novo”. In: Abreu, M., Soihet, R. e Gontijo, R. **Cultura Política e Leituras do Passado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Faperj, 2007.
- GRAMSCI, A. A formação dos intelectuais. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.
- GUIBERNAU, Montserrat. O nacionalismo na teoria social clássica. In: **Nacionalismos: O estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.
- MORAES, Vinicius de. Cinema. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1942. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.
- PARADA, Maurício. Som da nação: educação musical e civismo no Estado Novo (1937- 1945). *Alceu*, v. 9, n. 18, p. 174- 185, jan./ jun. 2009.
- PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- REIS, Nélio. O dia do presidente e os novos estúdios da Rádio Nacional. **A Manhã**, Rio de Janeiro, 19 de abril de 1942. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.
- RENAN, Ernest. “**Que é uma nação?**”. Tradução de Samuel Titan Jr. *Plural*, Sociologia, USP, São Paulo, 4: 154-175, 1 sem. 1997.
- SCHWAB, Mariana de Castro. **Os intelectuais no Estado Novo (1937-1945): A trajetória de Paulo Figueiredo e as Revistas Cultura Política e Oeste**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2010.

SKINNER, Quentin. A prática da história e o culto do fato. In SKINNER, Quentin.

Visões da política: Sobre os métodos históricos. Algés, Portugal: Difusão Editorial, S.A, 2005.

VIANNA, Hermano. **O Mistério do Samba**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

WALT DISNEY PICTURES. “**Alô amigos**”. Direção: Wilfred Jackson, 45 minutos, 1942.

WALT DISNEY PICTURES. “**Você já foi à Bahia?** ”. Direção: Clyde Geronimi, 72 minutos, 1944.